



INFORMAÇÃO Nº 06/2020 – SEGEM/2ª DIGEM

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2020.

Processo nº: 33.511/2013

Jurisdicionado(a): Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP

Assunto: Representação

Ementa: Representação. Convênio firmado entre a NOVACAP e a entidade privada Movimento Cultural dos Servidores da NOVACAP – O Mutirão. Instauração de processo penal. Sobrestamento dos autos.

Senhor Diretor Substituto,

Tratam os autos de Representação¹ decorrente de denúncia, apresentada pelo Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER acerca de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Convênio firmado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP e o Movimento Cultural dos Servidores da Novacap – “O Mutirão”.

I. HISTÓRICO DOS FATOS

2. A Representação em apreço deu origem ao Processo nº 24.270/2013 no qual foi exarada a Decisão nº 821/2014, que em síntese, dada a diversidade de assuntos tratados, decidiu, dentre outras providências (cópia à folha 39):

(...) IV - determinar: 1) à Secretaria de Acompanhamento que acompanhe o desdobramento da apuração que vem sendo feita pelo MPDFT, relativamente ao Requerimento (REQ.) 08190.048949/12-92 ‘acerca de supostas irregularidades no convênio firmado entre a Novacap e a entidade “O Mutirão”. (...)

3. O citado Convênio (Termo de Cooperação nº 06/08), fls. 22/25, foi firmado em junho de 2008, tendo por objetivo implementar e operacionalizar o

¹ Folhas 3/31.



Programa de Qualidade Ambiental da NOVACAP mediante Projeto de Educação Ambiental, Projeto de Coleta Seletiva de Lixo e Materiais Recicláveis e Projeto de Reciclagem e Reutilização. Em contrapartida, a Companhia se comprometia a doar resíduos inservíveis à entidade (papelões, vidros, plásticos, **material vegetal oriundo da poda e erradicação de árvores**, restos de construção, pneus usados e outros resíduos).

4. Em face do *Decisum* retrocitado, foi autuado o presente processo para tratar da ocorrência de possíveis irregularidades consubstanciadas na malversação de recursos públicos decorrentes da execução do referido Ajuste.

5. Em uma primeira análise, mediante Informação nº 210/2014 - 3ª Diacom (fls. 52/54), a Unidade Técnica pugnou por se considerar cumprida a determinação do item IV.1 da Decisão nº 821/2014 e pelo arquivamento dos autos.

6. Informou que o Processo Administrativo, citado na Decisão em apreço, Requerimento nº 08190.048949/12-92, conduzido pela 6ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público – 6ª PRODEP do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, fora arquivado após apreciação das informações prestadas pela NOVACAP, pois concluiu pela ausência de indícios da prática de atos de improbidade administrativa.

7. Comunicou, ainda, a existência do Processo nº 2011.01.1.165350-4, em tramitação na Terceira Vara Criminal de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF², em face de denúncia oferecida pela PRODEP, em razão das apurações do Inquérito Policial nº 08190.131800/11-19.

8. Referido inquérito foi instaurado para apurar ilícitos praticados no curso de licitação promovida pela entidade “O Mutirão”, para comercialização da madeira doada pela NOVACAP³.

9. Em 14.6.2017, foi proferida sentença (fls. 76/96), que finalizou nos seguintes termos:

*Ante o exposto, alicerçada no contexto fático-probatório coligido aos autos, e, diante dos argumentos expendidos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para **CONDENAR** JOSÉ GERALDO OLIVEIRA DE MELO, WALDIR MATIAS BATISTA e JULIO LUIS URNAU como **incursos nas penas do artigo 90 da Lei 8.666/93** [4]. ABSOLVO os denunciados JOSÉ GERALDO OLIVEIRA DE MELO, WALDIR MATIAS BATISTA e JULIO LUIS URNAU da conduta imputada no artigo 288 do Código Penal, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; bem como o denunciado JOSÉ RIBAMAR CUTRIM da conduta penalmente*

² Disponível em <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?NXTPGM=tjhtml105&SELECAO=1&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&CDNUPROC=20110111653504>.

³ Essa doação constituía parte das obrigações assumidas pela jurisdicionada (ver § 3 desta peça).

⁴ Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.



incriminada e tipificada no artigo 168, § 1º, III, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

10. Ressalta-se que houve recurso da sentença ao TJDFT, tanto por parte dos condenados quanto por parte do MPDFT, acerca da absolvição do Sr. José Ribamar Cutrim⁵.

11. O Ministério Público junto ao Tribunal (Parecer nº 127/2015-ML – fls. 57/61) aquiesceu quanto ao cumprimento da diligência determinada no item IV-1 da decisão, mas divergiu acerca do arquivamento dos autos por entender que apesar de não ser competência deste Tribunal a apuração de fatos tipificados como crime, os acontecimentos investigados, a princípio, apontam para lesão ao erário e nítido desvio de conduta dos agentes públicos envolvidos, o que demandaria a atuação do Controle Externo.

12. Por fim, sugeriu a audiência de servidor da NOVACAP, para manifestar-se sobre os fatos denunciados.

13. O Relator convergiu parcialmente às manifestações da Unidade Técnica e do *Parquet*, pugnando, em apertada síntese, pelo sobrestamento dos autos, ante a existência da ação judicial em tela, que poderia ter interferência no desfecho dos autos (fls. 62/73).

14. Em consonância com o Relator, o Tribunal emitiu a Decisão nº 1.051/2015 (fl. 74), determinando o sobrestamento dos autos até o deslinde da Ação Penal nº 2011.01.1.165350-4.

15. Posteriormente, após procedimento fiscalizatório na Jurisdicionada, a Unidade Técnica, mediante Informação nº 43/2018-3ª Diacomp, assim se manifestou (fls. 138/147):

V - Das Conclusões/Sugestões

28. *Em consulta ao Sítio Eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, verificou-se que a Ação Penal nº 2011.01.1.165350-4 detinha sentença proferida pela Terceira Vara Criminal de Brasília (fls. 76/96). O referido julgado contém informações que permitem levantar o sobrestamento determinado pelo item III da Decisão nº 1.051/2015 e dar continuidade ao prosseguimento deste processo.*

29. *O TCDF, em relação à não-localização do Processo Administrativo nº 112.002.638/2007, deve determinar à Novacap que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, as prestações de contas*

⁵ Verificando os documentos referentes ao Processo, observou-se que ocorreu uma reversão de decisões na segunda instância. Os condenados em primeira instância foram absolvidos e o Sr. Ribamar, que havia sido absolvido, foi condenado. Entretanto, foi extinta a punibilidade do fato, em razão da decorrência de prazo prescricional. Apesar disso, o Sr. Ribamar Cutrim recorreu da condenação. A consulta foi feita em 28/01/20 (<https://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?NXTPGM=plhtml02&MGWLPN=SERVIDOR1&submit=Consultar&SELECAO=1&CHAVE=2011.01.1.165350-4&ORIGEM=INTER>).



relacionadas à execução do Termo de Cooperação D.A. – ASJUR/PRES nº 6/2008.

30. Quanto ao possível desvio de conduta do Senhor José Ribamar Cutrim, qualificado à fl. 22 dos autos, então Dirigente da Entidade Associativa, pode o Tribunal dar ciência dos fatos aqui narrados à Novacap, com vistas à adoção das providências cabíveis.

16. Em face de suas análises, a Unidade Técnica apresentou sugestões a fim de levantar o sobrestamento dos autos e determinações à Novacap, no que foi integralmente seguida pelo *Parquet*, no Parecer nº 330/2018-ML (fls. 149/159).

17. Em Voto de fls. 160/176, o i. Relator acolheu parcialmente o encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico e Ministério Público de Contas, explicitando os motivos da divergência:

Em primeiro lugar, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, deixo de acolher a proposta de levantar o sobrestamento determinado pelo item III da Decisão n.º 1.051/2015. Consulta ao portal eletrônico do TJDFT permite verificar que parte do Processo n.º 2011.01.1.165350-4 foi desmembrada, dando origem à Ação Penal n.º 2018.01.1.006596-5.

Em razão disso, entendo que o Tribunal deve manter o sobrestamento determinado pela Decisão n.º 1.051/2015, até o deslinde das Ações Penais n.ºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5.

Nada impede, porém, que o Plenário determine à Novacap, desde já, que encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do Processo n.º 112.002.638/2007⁶ ou adote as medidas necessárias para reconstituir a prestação de contas relacionadas à execução do Termo de Cooperação D.A. – ASJUR/PRES n.º 6/2008.

Destaco que a prestação de contas do Termo de Cooperação D.A. – ASJUR/PRES n.º 6/2008 é de suma importância para que o TCDF possa deliberar acerca das supostas irregularidades relacionadas à “malversação de recursos públicos” no convênio firmado entre a Novacap e a entidade “Movimento Cultural dos Servidores da Novacap – O Mutirão”.

Saliento, ainda, que o referido ajuste, vigente por 5 anos, estabeleceu, por intermédio da sua Cláusula Quinta – Da Aplicação dos Recursos Gerados, que “O Mutirão se compromete a gerir e aplicar integralmente os recursos e/ou permutas resultantes da alienação dos resíduos coletados, exclusivamente, em programas

⁶ Vale lembrar que a jurisdicionada, “em atendimento à Nota de Inspeção nº 6/2018 – 3ª Diacom, relatou que o processo administrativo no qual constavam as informações requeridas [n.º 112.002.638/2007] não foi localizado”.



que visem à melhoria da qualidade de vida dos empregados da NOVACAP” (grifos nossos).

Por fim, entendo que não merece acolhida a sugestão de “dar ciência à Companhia dos fatos narrados na seção IV da instrução, para adoção das providências cabíveis em face do possível desvio de conduta de servidor público”. A prestação de contas do aludido convênio poderá corroborar (ou afastar, se for o caso) as falhas alusivas à “Possível Apropriação Indevida de Recursos Públicos”, devendo o Tribunal adentrar no exame de mérito da matéria somente após possuir todos os elementos necessários para julgamento do feito e depois do deslinde da questão no âmbito do Poder Judiciário.

Nada obstante tais encaminhamentos, causou-me estranheza verificar que as ponderações por mim lançadas no voto que fundamentou a Decisão n.º 1.051/2015 e que motivaram o não arquivamento destes autos (em divergência do encaminhamento proposto pela Seacom/TCDF àquela época) não foram, nesta fase processual, sequer mencionadas pela unidade instrutiva, em sua instrução, nem pelo órgão ministerial, em seu parecer ministerial, sendo que o próprio Parquet especial havia suscitado, naquela fase, a possibilidade de “lesão do erário e (...) nítido desvio de conduta dos agentes envolvidos”.

Lembro que “a possibilidade de ocorrência de prejuízo ao erário”, por mim aventada na fase pretérita, decorreu da considerável quantia eventualmente arrecadada pela Novacap após o término da vigência do aludido Termo de Cooperação, tendo por base a quantidade de madeira leiloada pela Companhia (nos anos seguintes) e os valores unitários obtidos em cada hasta pública.

Saliento, também, que, naquela oportunidade, ponderei o seguinte:

“(…) caso esta Corte de Contas, em momento oportuno, venha a deliberar pela oitiva dos responsáveis quanto aos fatos denunciados, tenho que o rol de envolvidos deva contemplar todos aqueles que participaram diretamente na celebração do referido ajuste (e não apenas o senhor indicado pelo nobre representante do Parquet especial). Destaco que o Termo de Cooperação n.º 06/08 teve amparo nos pareceres da Assessoria Jurídica de 20.08.07 e 04.04.08, no Relatório do Grupo de Trabalho, constituído pela Instrução n.º 494/2007-GAB/PRES, no parecer emitido pelo Diretor Administrativo da Novacap



em 21.05.08 e na Decisão⁷ da Diretoria Colegiada da Companhia, em 29.05.08, na Sessão n.º 3.786.”

No entanto, considerando que proponho manter o sobrestamento dos autos, até o deslinde das ações penais mencionadas anteriormente, deixo de sugerir, neste momento, qualquer medida relacionada à possível “lesão do erário” e ao suposto “desvio de conduta dos agentes envolvidos”.

18. Na Sessão Ordinária n.º 5045, de 14/06/2018, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 2.879/2018, resolveu (fl. 177):

I – tomar conhecimento: a) da sentença proferida pela Terceira Vara Criminal de Brasília na Ação Penal n.º 2011.01.1.165350-4 (fls. 76/96); b) do Ofício n.º 337/2018 – GAB/PRES da Novacap e anexos (fls. 103/137); c) da Informação n.º 43/2018-3ª Diacom (fls. 138/147); d) do Parecer n.º 330/2018-ML (fls. 149/159); II – manter o sobrestamento determinado pelo item III da Decisão n.º 1.051/2015, até o deslinde das Ações Penais nºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5; III – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal cópia do Processo n.º 112.002.638/2007 ou adote as medidas necessárias para reconstituir a prestação de contas relacionadas à execução do Termo de Cooperação D.A. – ASJUR/PRES n.º 6/2008; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap, para auxílio no cumprimento da diligência constante do item III; b) o retorno dos autos Secretaria de Acompanhamento - Seacom/TCDF, para os devidos fins.

19. Em 24 de setembro de 2018 o Presidente da NOVACAP encaminhou ao Tribunal o Ofício SEI-GDF n.º 1590/2018 – NOVACAP/PRES e anexos (fls. 184/186), informando que, para cumprimento do deliberado pela Corte, havia determinado:

- I) A instauração de Processo de Investigação Preliminar – PIP, com vistas a locação dos autos físicos do Processo Administrativo n.º 112.002.638/2007, com base no cotejo das informações apresentadas pela Diretoria Administrativa (10936488) e pela Assessoria de Meio Ambiente – ASMAM/PRES (9666017), as quais apresentam indícios quanto ao seu suposto extravio;*
- II) A constituição de Comissão Especial de Prestação de Contas, para dar efetivo cumprimento ao item III da Decisão n.º 2879/2018 (9843698), mediante a reconstituição da*

⁷ A Decisão da Diretoria Colegiada n.º 3.786, de 29.05.08, revogou “decisão anterior que destinava doação de materiais inservíveis ao extinto Programa de Ação Social – PAS, para que a partir dessa nova decisão, as sucatas (papelões, vidros, plásticos, **material vegetal oriundo da poda e erradicação de árvores**, restos de construção, pneus usados e outros resíduos) sejam destinadas ao MUTIRÃO” (grifei, fl. 20). (destaques no original)



*Prestação de Contas do Termo de cooperação D.A. –
ASJUR/PRES nº 06/2008;*

20. Avaliada a questão, a Corte, na Decisão nº 5.543/2018, resolveu, *in verbis* (fl. 199):

I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF nº 1.590/2018-NOVACAP/PRES (fl. 184) e dos anexos que acompanham (fls. 185/186); b) da Informação nº 145/2018-3ª Diacomp (fls. 187/189); c) do Parecer nº 909/2018-ML (fls. 191/193); II – considerar satisfatoriamente atendida a diligência inserta no item III da Decisão nº 2.879/2018; III – autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para acompanhamento do deslinde: a) das Ações Penais nºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5; b) das providências anunciadas pela Novacap no Ofício SEIGDF nº 1.590/2018-NOVACAP/PRES.

21. Assim, nesta fase processual, verifica-se o andamento das ações penais que motivam o sobrestamento, bem como os resultados das providências anunciadas no Ofício SEI-GDF nº 1.590/2018-NOVACAP/PRES (fls. 184/186), cujo acompanhamento foi determinado pelo item III da Decisão em tela.

II. SOBRE O ANDAMENTO DAS AÇÕES PENAIS

22. Ressalta-se que, conforme item II da Decisão nº 2.879/2018, o presente processo foi sobrestado até o deslinde das Ações penais nºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5.

23. Destaca-se que ambas as ações tratam do mesmo tema, já descrito no histórico dos fatos (vide parágrafos 2/17 desta Informação). A separação na esfera judicial se deu pelo fato da dificuldade de se localizar o Sr. Tiago Rodrigues de Moraes, um dos réus, fazendo com que fosse aberto o segundo processo, para que o seu julgamento corresse separado dos demais.

24. Desse modo, o Processo nº 2011.01.1165350-4 envolve o julgamento dos Srs. José Geraldo Oliveira Melo, Waldir Matias Batista, Júlio Luis Urnau e José Ribamar Cutrim.

25. Conforme já conhecido nestes autos, em 14 de junho de 2017 foi proferida decisão em 1ª Instância, condenando os Srs. José Geraldo Oliveira Melo, Waldir Matias Batista e Júlio Luis Urnau, e absolvendo o Sr. José Ribamar Cutrim (fls. 76/96).

26. Ocorre que, tendo recorrido os condenados, bem como o MPDFT acerca da absolvição do Sr. José Ribamar Cutrim, houve uma alteração de encaminhamento na 2ª Instância. Ao analisar o caso, o TJDFT resolveu absolver os Srs. José Geraldo Oliveira Melo, Waldir Matias Batista e Júlio Luis Urnau e condenar o Sr. José Ribamar Cutrim. Entretanto, aquele Tribunal entendeu por extinguir a punibilidade do Sr. Ribamar, em razão de decorrência de prazo



prescricional. Apesar disso, o Sr. Ribamar recorreu da sentença, sendo que a apelação ainda não foi julgada⁸.

27. Quanto ao Processo nº 2018.01.1.006596-5, que trata da Ação Penal em desfavor de Tiago Rodrigues de Moraes, verificou-se que se encontra suspenso, ainda na 1ª Instância⁹, desde 19/06/2018.

28. Dessa forma, entende-se que não existiram fatos novos que justifiquem o levantamento do sobrestamento dos autos.

III. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA NOVACAP

29. Acerca das deliberações feitas à NOVACAP na Decisão nº 2.879/2018, cujo acompanhamento foi determinado na Decisão nº 5.543/2018, ressalta-se que, em 27 de maio de 2019 foi encaminhado àquela Companhia o Ofício de Diligência Saneadora - DS nº 08/2019-SEGEM, solicitando informações sobre as medidas adotadas (fl. 201).

30. Em 18/06/2019, a NOVACAP encaminhou ao Tribunal o Ofício SEI-GDF nº 255/2019 – NOVACAP/PRES/CONJUR e anexos (fls. 202/228). Observa-se que nos anexos constam as Instruções SEI-GDF nº 493 e 494/2019 – NOVACAP/PRES (fl. 204/205), ambas de 13 de junho de 2019, que determinaram, respectivamente, a instauração do Procedimento de Investigação Preliminar – PIP e da Comissão Especial de Prestação de Contas, conforme informado pela Companhia em setembro de 2018, por meio do Ofício SEI-GDF nº 1.590/2018 – NOVACAP/PRES (vide parágrafo 19 desta Informação).

31. Viu-se que, passados 9 meses da informação prestada pela NOVACAP acerca das medidas a serem adotadas, não ocorreu nenhum avanço até junho de 2019.

32. Prosseguindo o acompanhamento determinado pela Corte, a Secretaria de Fiscalização de Gestão, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM encaminhou, em 13 de agosto de 2019, novo Ofício de Diligência Saneadora, solicitando informações acerca da finalização das providências para atendimento do deliberado pela Corte (fls. 229/230).

33. Em resposta, a Companhia, em 26/08/2019, encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 877/2019 – NOVACAP/PRES e anexos (fls. 231/236). No documento, a NOVACAP solicitou prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias para finalização dos trabalhos de reconstituição da Prestação de Contas relacionadas à execução do Termo de Cooperação D.A. – ASJUR/PRES n.º 6/2008, determinada na Decisão nº 2.879/2018, em razão de substituição dos membros da Comissão formada para

⁸ Conforme consulta feita em 19/02/2020, ao Processo nº 0042075-02.2011.8.07.0001. <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetailheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=921f39a8eaaf64fa6e2b48b8d64bb3bf58ff75beac85adc1>

⁹ Conforme consulta feita em 29/01/2020. <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil1?NXTPGM=tjhtml105&SELECAO=1&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&CDNUPROC=20180110065965>



reconstituição do processo de prestação de contas do Movimento Cultural dos Servidores da Novacap – “O Mutirão”.

34. Destaca-se que não houve deliberação sobre o pedido de prorrogação da NOVACAP.

35. Ressalta-se que a diligência determinada pelo item III do citado *Decisum* foi considerada satisfatoriamente atendida pela Decisão nº 5.543/2018, sendo autorizado o acompanhamento pela Unidade Técnica do deslinde das medidas anunciadas pela Novacap, consoante se procede na presente fase instrutiva.

36. Em 29 de janeiro de 2020, por meio do Ofício nº 163/2020 – NOVACAP/PRES e anexos (fls. 253/266), a Companhia encaminhou ao Tribunal informações sobre o resultado dos trabalhos da mencionada Comissão.

37. Registra-se que o Relatório Final da Comissão Especial criada para reconstituição do Processo de Prestação de Contas em debate nestes autos, foi encaminhado em anexo ao Ofício citado no parágrafo retro (fls. 258/266).

38. Para melhor entendimento, faz-se um resumo dos trabalhos executados e das conclusões da comissão:

- ✓ Inicialmente, tentou-se, mas sem obter êxito, a localização da Prestação de Contas do Termo de Cooperação em análise, bem como de cópia do Processo Administrativo nº 112.002.638/2007 (fl. 258).
- ✓ Decidiu-se, então, convocar, para esclarecimentos, o Sr. José Ribamar Cutrim, então Presidente do Movimento Cultural dos Servidores da NOVACAP – “O Mutirão”. Da oitiva, extrai-se como pontos principais: não existia prestação de contas à Companhia, pois os materiais eram doados, sendo isso feito somente ao Conselho Fiscal do Movimento; não tem nenhuma prestação de contas em seu poder; tem conhecimento da existência do Processo Administrativo nº 112.002.638/2007, mas não sabe de sua localização; refuta as acusações que lhe são feitas (fls. 258-v/260).
- ✓ Reproduziu-se informações acerca da Ação Penal nº 2011.01.1.165350-4, constando a decisão do juizado de 1ª Instância (fls. 260-v/262).
- ✓ Solicitou-se junto à Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública - DECAP, cópia do Inquérito Policial 102/2011-DECAP, onde sabia-se constava cópia do Processo nº 112.002.638/2007, porém, sem êxito, pois o referido processo já havia sido devolvido para a NOVACAP (fls. 261-v).
- ✓ Transcreveu-se trechos de instruções do Corpo Técnico do TCDF, do Parecer do Ministério Público de Contas e do Voto do Conselheiro Relator dos presentes autos (fls. 261-v/264-v).



- ✓ Concluiu-se pela ausência de indícios da prática de atos de improbidade administrativa, não encontrando nenhum elemento que pudesse trazer dúvidas quanto aos atos praticados pelo "Mutirão" na pessoa do seu presidente (fls. 265).

39. Do exame do referido relatório, depreende-se que a Comissão não conseguiu atingir o seu objetivo principal, que seria a reconstituição da Prestação de Contas relacionadas à execução do Termo de Cooperação D.A. - ASJUR/PRES nº 06/2008, para posterior envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

40. Nesse sentido, considerando-se o insucesso da Jurisdicionada em reconstituir a prestação de contas e localizar o citado processo administrativo, inclusive após solicitação à DECAP, conclui-se pelo deslinde desfavorável das medidas anunciadas pela NOVACAP no Ofício nº 1.590/2018-NOVACAP/PRES.

41. Salienta-se que o conhecimento pleno do processo administrativo do Convênio firmado entre a NOVACAP e "O Mutirão", bem como a prestação de contas desse Acordo, são imprescindíveis para a formação de opinião sobre a ocorrência ou não de desperdício de recursos públicos.

42. Sem esses dados, entende-se prejudicada a execução de qualquer análise, pois não se possui elementos necessários para emissão de um parecer que permita o julgamento do feito.

43. Desse modo, compreende-se que resta manter o sobrestamento dos presentes autos, na forma deliberada na Decisão nº 2.879/2018, até o deslinde das Ações Penais nºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5, com vistas ao acompanhamento determinado pela Corte de Contas no item IV da Decisão nº 821/2014.

IV. SUGESTÕES

44. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento:

a. desta Informação, dos esclarecimentos prestados pela NOVACAP no Ofício nº 163/2020 – NOVACAP/PRES e anexos (fls. 253/266) e dos demais documentos acostados aos autos (fls. 201/252);

b. do deslinde desfavorável das providências anunciadas pela NOVACAP no Ofício SEI GDF nº 1.590/2018-NOVACAP/PRES, visto que a Jurisdicionada não conseguiu reconstituir a Prestação de Contas relacionada à execução do Termo de Cooperação D.A. - ASJUR/PRES nº 06/2008, nem o Processo nº 112.002.638/2007;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIGEM

e-DOC 430BCA98

Proc 33511/2013

Fls.: 277

Proc.: 33511/2013

- II. manter o sobrestamento determinado pelo item III da Decisão n.º 1.051/2015, até o deslinde das Ações Penais n.ºs 2011.01.1.165350-4 e 2018.01.1.006596-5;
- III. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para as providências pertinentes.

À superior consideração.

Péricles José Póvoa Junior

Auditor de Controle Externo – 631-9

Senhor Secretário,

Pondo-me de acordo com a Informação, submeto os presentes autos à consideração de Vossa Senhoria.

Em 19 de fevereiro de 2020.

David da Silva de Araújo

Diretor Substituto